



Universidade do Minho
Conselho Geral

Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho

Ata N.º 005/2016

Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e dezasseis, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu, em sessão extraordinária, na Sala de Reuniões da Reitoria, no Largo do Paço - Braga, o Plenário do Conselho Geral da Universidade do Minho (CGeral), com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único:

- Revisão dos Estatutos da UMinho, na sequência das propostas de alteração remetidas pela Comunidade Académica.

Estiveram presentes o Dr. Álvaro Laborinho Lúcio, que presidiu, o Reitor, Professor António M. Cunha, o Doutor Carvalho da Silva, os Professores Álvaro Sanromán, Ana Cunha, Ana Paula Marques, Francisco Veiga, Jorge Pedrosa, Laurinda Leite, Licínio Lima, Lúcia Rodrigues, Luís Amaral, Maria Clara Oliveira, Manuel Pinto e Rui Ramos, a Dra. Fernanda Ferreira, os Estudantes Ana Carolina Oliveira, Bruno Alcaide, Carlos Videira, e Pedro Sanches. Justificaram a ausência o Professor Rui Ramos, o Eng.º António Murta, o Doutor Howard Davies e a Dr.ª Paula Moura Pinheiro. A folha de presenças encontra-se anexa à presente ata **(anexo I)**. _____

O Presidente deu início à reunião agradecendo a presença dos membros e informou que a Comissão Especializada de Governação e Assuntos Institucionais (CE-GAI) realizou duas reuniões preparatórias, nas quais foram analisados os contributos para a revisão dos Estatutos da Universidade recebidos da Academia. Referiu que, de entre as várias propostas recebidas, aquela que apresentava uma visão mais abrangente era a do Reitor, pelo que o documento foi tido como base para a análise. Assim, o Presidente propôs como metodologia de condução dos trabalhos, um debate inicial sobre as questões cujo consenso não foi conseguido em sede da reunião da CE-GAI, designadamente, a constituição do Senado Académico, a criação da figura de um Provedor que representará os trabalhadores docentes e os trabalhadores não docentes e não investigadores e a criação de Unidades Orgânicas de Investigação (UOI).

Antes de iniciar o debate de cada um dos temas assinalados, o Presidente pediu ao Reitor para, sumariamente, descrever as alterações propostas e por ele consideradas como mais relevantes.



Universidade do Minho
Conselho Geral

O Reitor afirmou que a proposta submetida provinha da sua experiência no cargo, tendo como principal objetivo a adequação do articulado à ideia da Universidade Completa. Para além disso, nela estão também subjacentes alguns aspetos operacionais e a resposta a alguns dos desafios que se avizinham.

Relativamente à proposta de constituição do Senado, nomeadamente no que concerne à extinção da Comissão de Planeamento, afirmou que esta se baseou na evidência de que o funcionamento da mesma não se justifica, face às competências atribuídas ao Plenário.

No que respeita à criação das Unidades Orgânicas de Investigação, disse tratar-se de um aspeto estruturante, dado que estas unidades já se encontram regulamentadas nos atuais Estatutos. Justificou as alterações propostas com base nas solicitações que têm vindo a surgir há cerca de dois anos, no sentido de se constituírem este tipo de unidades.

Aludiu à proposta em concreto da criação do Instituto de Investigação em Biomateriais, Biodegradáveis e Biomiméticos (I3BS), apelando a que a mesma seja aceite face à pertinência da investigação nele envolvida, bem como ao seu enquadramento na atual estrutura da UMinho e ao desempenho do grupo de investigadores que lhe estão afetos.

Por último, fez referência ao art.º 104.º (enumeração e denominação das Unidades Orgânicas de Investigação), colocando à consideração do Conselho que a listagem dessas unidades deixasse de fazer parte do corpo dos Estatutos e passasse a constar de uma listagem anexa aos mesmos.

O Presidente pediu a opinião da Dr.ª Fernanda Ferreira sobre esta questão, a qual transmitiu ao Plenário que a adoção dessa metodologia não evitará a necessidade de alteração dos Estatutos sempre que seja criada uma nova UOI.

O Professor Álvaro Sanróman pediu a palavra para apresentar ao Plenário, juntamente com os Professores Luís Amaral e Francisco Veiga, uma proposta no sentido de ser criado um novo órgão consultivo, com a designação de Conselho de Presidentes de Unidades Orgânicas. A proposta foi de imediato dada a conhecer aos membros do Plenário, encontrando-se a mesma anexa à presente ata (**anexo II**).

De seguida, o Presidente colocou à discussão a criação da figura do Provedor, informando os presentes que o Professor Licínio Lima havia apresentado à Comissão uma proposta de criação de um gabinete de provedoria que integra, coordena e apoia as ações do provedor do estudante e do provedor do trabalhador da Universidade. A proposta submetida poderá ser consultada no **anexo III** da presente ata.



Universidade do Minho
Conselho Geral

Após algum debate, foi consensual a manutenção do Provedor do Estudante, por força da sua regulamentação no Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), e a criação de um outro Provedor que representará os funcionários docentes e os funcionários não docentes e não investigadores, ficando apenas em aberto a designação deste novo Provedor.

O Professor Jorge Pedrosa lembrou as suas reservas quanto à existência de um segundo Provedor no sentido de evitar o corporativismo, mas saudou o consenso obtido, pedindo apenas o melhoramento da designação do Provedor a instituir.

O Professor Licínio Lima afirmou que a designação do segundo Provedor é muito difícil e que, na sua perspetiva, o mesmo deveria ser o Provedor da Universidade, designação que a Professora Clara Oliveira disse parecer-lhe inadequada, sugerindo a de o Provedor do Trabalhador. A Professora Clara Oliveira chamou ainda a atenção para a importância extrema da existência de um gabinete de apoio à atividade destes Provedores.

A Dr.^a Fernanda Ferreira disse ter condescendido na proposta do Professor Licínio, pois concorda com a existência do Provedor do Estudante, face ao disposto no RJIES, mas lembrou as suas dúvidas baseadas no facto de uma mesma entidade representar o corpo dos funcionários docentes e o dos funcionários não docentes, dado tratar-se de trabalhadores com direitos muito diferentes.

Evidenciou a não existência de um Estatuto do Trabalhador Não Docente e Não Investigador e salientou que a intervenção do Provedor se situa num plano muito distinto de uma Comissão de Trabalhadores, essencialmente vocacionada para problemas laborais.

O Estudante Carlos Videira fez notar que o consenso obtido foi o possível de entre as várias sensibilidades existentes no seio dos membros da Comissão. Afirmou que os Estudantes viabilizarão o normativo com a redação tal como está apresentada e entendeu que a melhor designação para o segundo Provedor é a do Provedor do Trabalhador.

O Reitor interveio para defender a existência não de um órgão, mas sim de dois Provedores, completamente autónomos. A existir uma Provedoria, essa deveria servir apenas de apoio às atividades por eles desenvolvidas. Referiu que deverá ser o CGeral a definir bem os requisitos básicos de funcionamento, bem como a apresentar as recomendações para a elaboração do respetivo regulamento. No que respeita à designação, propôs a de Provedor Institucional.

O Presidente leu a proposta do normativo em análise e foi aprovado, por unanimidade, que o art.º 118.º terá a epígrafe *Provedores* e que a CE-GAI encontrará a melhor designação para atribuir ao segundo Provedor dos funcionários.



Universidade do Minho
Conselho Geral

A reunião prosseguiu com o debate sobre os normativos respeitantes às Unidades Orgânicas de Investigação.

O Professor Jorge Pedrosa afirmou que este assunto carece de ser mais trabalhado, de modo a preparar a Universidade para a atividade destas unidades. Elencou as principais dúvidas que a proposta lhe suscitou, e solicitou esclarecimentos sobre a existência de ciclos de estudos nestas unidades; o modo como ficarão salvaguardadas as representatividades; a possibilidade de as mesmas serem dotadas de autonomia administrativa e financeira, o que conduzirá à discriminação das UOEI e, por último, a possibilidade que é dada ao Reitor para proceder à designação do seu Presidente.

O Estudante Carlos Videira mostrou a sua preocupação no que respeita à possibilidade de existirem ciclos de estudos nestas unidades, por não ser pressuposta posteriormente a representação dos alunos em termos dos órgãos. Disse ainda estranhar a forma de designação dos Estudantes, bem como a transposição desta realidade para a do Senado.

O Professor Licínio Lima afirmou que a criação destas unidades poderá ter consequências graves ao nível estrutura atual da Universidade. Salientou a necessidade da não duplicação de estruturas, sob pena de se vir a verificar uma competição desenfreada. Pediu ao Reitor para esclarecer se estas unidades farão a gestão de carreira dos professores e quais as consequências, ao nível dos Departamentos, aquando da deslocalização dos docentes das UOEI para estas unidades.

Defendeu a eleição do Presidente da unidade, ao contrário da designação proposta, e afirmou que é necessário diferenciar o Conselho Científico das UOI e das UOEI, nomeadamente no que respeita à possibilidade deste poder proceder à abertura de concursos de investigadores e professores, bem como constituir júris de doutoramento.

Terminou a sua intervenção questionando se as mesmas serão autossuficientes ao ponto de não necessitarem de colaboração de docentes externos às mesmas.

A Professora Clara Oliveira efetuou um paralelismo entre estas unidades e as fundações, por entender que os requisitos patentes nos normativos são semelhantes. Disse ainda considerar que a gestão financeira destas unidades trará consequências graves, dado que coloca em desvantagem as UOEI.

O Professor Manuel Pinto disse ter bastantes dúvidas sobre a criação destas unidades, muito embora entenda a importância da investigação na Universidade. Afirmou que estas unidades esbatem as colaborações existentes, e referiu que, na sua opinião, possíveis soluções de parceria conseguiriam atrair maior adesão da Academia, no seio da qual o assunto não está ainda amadurecido.

A Professora Ana Paula Marques demonstrou algumas inquietações, sob o ponto de vista formal e substantivo. No que respeita à questão formal, salientou a necessidade de se definir muito bem o modo como a investigação



Universidade do Minho
Conselho Geral

e o ensino se irão articular, devendo estes dois subsistemas coexistir de forma a servir os objetivos estratégicos da instituição.

Ao nível substantivo, evidenciou a complexidade decorrente do funcionamento das UOEl e das UOI, no que respeita à definição da sua missão, ao modelo de gestão adotado, bem como à aplicação de direitos e deveres em cada uma delas. Sublinhou ainda a sua convicção de que a Academia não reagirá bem à instituição destas unidades e que cabe ao CGeral um papel de reflexão estratégica determinante.

O Professor Francisco Veiga defendeu a existência destas unidades apenas constituídas por investigadores e afirmou ainda que entende ser mais benéfica a existência de parcerias entre as UOEl e as UOI, no que respeita aos cursos de doutoramento.

O Presidente deu a palavra ao Reitor para responder às questões colocadas pelos vários membros e este começou por referir que as UOI estão previstas no RJIES e nos atuais Estatutos da UMinho, e nada têm que ver com as Fundações. Afirmou que as UOI não possuirão um quadro de pessoal próprio, dado que o quadro de pessoal da UMinho é único, e chamou a atenção para o facto de ser necessário repensar o modelo de funcionamento da instituição, dado que o modelo matricial em que assentou durante longos anos não poderá permanecer, por força do RJIES. A atual realidade da UMinho é a da articulação entre o ensino e a investigação ao nível das UOEl, mas projeta que no futuro próximo essa realidade venha a ser substancialmente alterada. Alertou para o facto de o processo de criação de um novo corpo ser sempre problemático e recordou que estas unidades trazem muito financiamento à Universidade, sendo que a maior parte do fundo de coesão provém dos projetos nelas levados a cabo.

Após algum debate, no qual foi expressa por vários membros a delicadeza da temática e a necessidade de ser revista a redação do articulado, foi decidido que o Reitor apresentará uma nova versão do documento, a qual conterà a reformulação do artigo referente à eleição do Presidente da unidade; do art.º 62.º respeitante à autonomia financeira; procederá à eliminação da alínea e) do n.º 1 do artigo 107.º, dado que os docentes entrarão por transferência das UOEl e será mantido o n.º 2 do artigo 107.º, face à representatividade dos Estudantes nas Comissões de Curso.

O Presidente colocou à consideração dos presentes que a CE-GAI procedesse à análise do documento a submeter pelo Reitor, em reunião a realizar no dia 06 de dezembro, às 11h30m, procedimento que mereceu a aprovação de todos os presentes.

O Presidente abriu de seguida o debate sobre o documento submetido pelos Professores Álvaro Sanromán, Luís Amaral e Francisco Veiga, referente à criação do órgão consultivo Conselho de Presidentes de Unidades Orgânicas.



Universidade do Minho
Conselho Geral

O Estudante Carlos Videira evidenciou o facto de este Conselho ter uma constituição semelhante à da Comissão Científica do Senado, e transmitiu que, muito embora seja prática regular a realização destas reuniões entre o Reitor e os Presidentes das UOEI, não vê grande interesse na existência deste órgão, considerando que também ele retirará mais conteúdo ao Plenário do Senado.

O Professor Francisco Veiga esclareceu que o facto deste novo órgão ter a mesma composição da Comissão Científica do Senado é apenas coincidência e, juntamente com o Professor Álvaro Sanromán, evidenciou a importância de regulamentar este órgão com vista a conferir um papel mais central às Escolas, permitindo-lhes uma maior agilidade na interação com a Reitoria.

O Professor Jorge Pedrosa entendeu que, face a uma realidade conhecida e importante para a interação das Escolas, esta deverá ser alvo de matéria estatutária, na medida em que responsabiliza as UOEI nos seus representantes.

O Professor Licínio Lima defendeu que as estruturas em funcionamento devem ser materializadas nos regulamentos, muito embora julgue que, neste caso concreto, a criação deste órgão possa constituir um perigo para o Senado. Defendeu a continuidade, no Senado, da Comissão Científica, sob pena deste órgão ficar esvaziado de conteúdo.

Entendeu que este Conselho não deverá ser convocado e presidido pelo Reitor, posição também defendida pelo Doutor Carvalho da Silva e pelo Professor Manuel Pinto, que entenderam que os presidentes das diferentes UOEI deveriam ter a possibilidade de convocar estas reuniões, sempre que assim o entenderem.

A Dr.^a Fernanda Ferreira mostrou preocupação com a colisão deste novo órgão com o Senado Académico e referiu que a sua criação poderá mesmo conduzir à extinção da atual Comissão Científica, o que, aliado à proposta de extinção da Comissão de Planeamento, desvirtuará por completo o conceito de Senado Académico. Afirmou, ainda, que os representantes dos funcionários não docentes e não investigadores entendem ser mais pertinente a sua representação na Comissão de Planeamento do que no próprio Plenário.

Na sequência das intervenções anteriores, o Presidente propôs não efetuar qualquer alteração nos normativos do Senado Académico, mantendo as Comissões com as competências próprias, e proceder à criação do Conselho de Presidentes de Unidades Orgânicas como órgão consultivo. Propôs ainda a análise, em sede de CE-GAI, do número de elementos a integrar Comissão Científica do Senado, de modo a que esta não interfira demasiado com o novo órgão. Estas propostas foram aceites por todos os membros presentes.

De seguida, o Presidente introduziu o debate sobre os pedidos de alteração da designação das UOEI, remetidas pelo Instituto de Letras e Ciências Humanas (ILCH) e pela Escola de Arquitectura (EA). Nas propostas



Universidade do Minho
Conselho Geral

apresentadas o ILCH solicita a alteração para a designação “*Escola de Letras e Artes*” e a EA para “*Escola de Arquitetura, Arte e Design*”.

A Dr.^a Fernanda Ferreira transmitiu que o processo de alteração da designação do ILCH foi realizado no âmbito do Comunicado do Presidente do CGeral de 06 de junho e considerou que, sob o ponto de vista processual, foi a única proposta formalizada conforme o exigido. Contextualizou que a proposta agora apresentada decorre de uma intenção de longa data, proveniente do facto de a anterior designação do Instituto incluir o termo *Artes*, tendo sido relançada no âmbito do anterior processo de revisão dos Estatutos daquele Instituto, pelo facto de neles estar patente o ensino das artes.

O Professor Álvaro Sanromán secundou a intervenção da Dr.^a Fernanda e disse estranhar a resistência do Conselho em aprovar a proposta, face a outras que não foram alvo de tanto escrutínio.

O Professor Licínio Lima afirmou que respeita os pedidos apresentados, dado que a designação reforça a identidade, pelo que deve ser distinta das demais. Reconheceu que o ILCH lida de perto com as artes, como por exemplo, o Teatro e a Música, mas referiu que a EA também, pelo que o CGeral deverá optar por designações que sejam as mais distintas possíveis.

O Professor Manuel Pinto referiu a legitimidade das duas propostas, e disse ser o seu entendimento de que o critério a adotar na sua apreciação deverá ser o do interesse geral da Universidade. Mencionou, contudo, que enquanto não conhecer a estratégia da Universidade para as Artes, não se pronunciará.

A Professora Clara Oliveira reconheceu que o ILCH tem um corpo docente mais alargado na área das Artes e que há uma tradição das mesmas ligadas às Letras, mas alertou para o facto de a atual realidade ser bastante diferente, pelo que gostaria de ter acesso a uma fundamentação mais aprofundada. Reforçou também a pertinência de ser conhecida a estratégia global da UMinho para esta área.

O Presidente e a Professora Ana Paula Marques chamaram a atenção para o facto de o ILCH, ao propor a inclusão do termo Artes na sua designação, ter eliminado da mesma a referência às Ciências Humanas.

O Reitor interveio para transmitir que há uma estratégia bem definida para as Artes na UMinho, estando previsto o desenvolvimento de estudos artísticos em três áreas diferentes: artes musicais, artes performativas e artes visuais.

Seguiu-se um debate em torno da eliminação da referência às Ciências Humanas e, face à não existência de consenso sobre a matéria, o presidente solicitou ao Prof. Álvaro Sanromán que fizesse chegar ao Conselho um texto no qual deverão ser apresentadas as razões subjacentes a essa eliminação.



Universidade do Minho
Conselho Geral

Por último, o Presidente referiu-se à redação de vários normativos, relativos ao funcionamento de órgãos, que imputam ao Reitor a aprovação dos regulamentos próprios, sendo entendimento da CE-GAI que tal não deveria acontecer. O Reitor justificou a redação com o facto de muitos regulamentos não serem elaborados em conformidade, tendo sido decidido que, na redação final, deverá ser feita referência não à aprovação, mas sim à homologação dos regulamentos pelo Reitor.

A Professora Laurinda Leite chamou a atenção para a necessidade de eliminar a alínea l) do art.º 88.º e colocar o seu conteúdo, sob a forma de nova alínea, no nº 1 do artigo 84.º, antes ou depois da alínea relativa às equivalências de doutoramento. Esta proposta visa dar cumprimentos ao previsto no nº 3 do art.º 45-A do Decreto-Lei nº63/2016, de 13 de setembro.

O Presidente declarou findos os trabalhos pelas 17:10 horas, tendo sido lavrada a presente ata com a colaboração do secretariado do Conselho Geral que, depois de aprovada será assinada pelo Presidente, Dr. Álvaro Laborinho Lúcio e pela Secretária, Professora Ana Paula Marques.

O Presidente,

A Secretária,



Universidade do Minho
Conselho Geral

MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Reunião nº 005/2016 – Reunião Plenária

Sessão extraordinária

2016/11/21

Nome	Rubrica
Álvaro Iriarte Sanromán	
Álvaro Laborinho Lúcio	
Ana Carolina Ribeiro Oliveira	
Ana Cristina Gomes Cunha	
Ana Paula Pereira Marques	
António Murta	
Bruno Jorge Travassos Alcaide	
Carlos Alberto da Fonte Videira	
Francisco José Alves Coelho Veiga	
Howard Davies	
Jorge Manuel Rolo Pedrosa	
Laurinda Sousa Ferreira Leite	
Licínio Carlos Viana da Silva Lima	
Lúcia Maria Portela de Lima Rodrigues	
Luís Alfredo Martins Amaral	
Manuel Carvalho da Silva	
Manuel Joaquim da Silva Pinto	
Maria Clara Faria Costa Oliveira	
Maria Fernanda Teixeira Ferreira	
Paula Moura Pinheiro	
Pedro Alexandre Pereira Sanches	
Rui António Rodrigues Ramos	

Revisão dos Estatutos da UMinho

(reunião CG 21 de novembro de 2016)

Proposta de Criação do Conselho de Presidentes de Unidades Orgânicas

Álvaro Iriarte S.
Francisco veiga
Luís Amaral

Considerando:

- a) a centralidade das unidades orgânicas na Universidade;
- b) a importância para a coesão da Universidade da interação direta entre as unidades orgânicas e entre estas e o reitor;
- c) práticas já instituídas, embora de natureza informal, traduzidas na realização de reuniões regulares entre os presidentes das unidades orgânicas e o reitor, que devem encontrar agora lugar para a sua codificação;

propõe-se a criação, como órgão consultivo do reitor, do Conselho de Presidentes de Unidades Orgânicas, com o articulado seguinte

Subsecção II**Conselho de Presidentes de Unidades Orgânicas****Artigo XX.º****(Competências do Conselho de Presidentes de Unidades Orgânicas)**

1. Compete ao Conselho de Presidentes de Unidades Orgânicas:
 - a) o acompanhamento da atividade científica, pedagógica e de interação com a sociedade desenvolvida pela Universidade;
 - b) o acompanhamento da execução orçamental da Universidade;
 - c) a análise do funcionamento da Universidade;
 - d) pronunciar-se sobre matérias que se prendem com a gestão da Universidade;
 - d) elaborar e aprovar o seu regulamento.
2. Compete ainda ao Conselho de Presidentes de Unidades Orgânicas a emissão de pareceres sobre assuntos que, no âmbito das suas competências, lhe sejam apresentadas pelo Reitor.

Artigo XX.º**(Composição do Conselho de Presidentes de Unidades Orgânicas)**

O Conselho de Presidentes das Unidades Orgânicas é composto pelo Reitor e pelos presidentes das unidades orgânicas.

Artigo XX.º
(Funcionamento)

1. O Conselho de Presidentes de Unidades Orgânicas reúne ordinariamente uma vez por mês ou extraordinariamente sempre que o Reitor o convoque.
2. As reuniões são presididas pelo Reitor.
3. Podem participar nas reuniões, sem direito a voto, elementos externos ao Conselho, a convite do Reitor.

A aprovação desta proposta pode implicar lugar a revisão de outros lugares dos Estatutos, designadamente no que diz respeito à Comissão Científica do Senado.

Título V
Disposições complementares

Artigo 118.º
(Gabinete de Provedoria)

1. A Universidade dispõe de um gabinete de provedoria que integra, coordena e apoia as ações do provedor do estudante e do provedor do trabalhador da Universidade.
2. O provedor do estudante tem como função promover os direitos dos estudantes, recolhendo e tratando as reclamações apresentadas, arbitrando situações de conflito, produzindo recomendações internas e contribuindo para a qualidade do ambiente académico da Universidade.
3. O provedor do trabalhador tem como função promover os direitos dos professores e investigadores, e também do pessoal não docente e não investigador, recolhendo e tratando as reclamações apresentadas, arbitrando situações de conflito, produzindo recomendações internas e contribuindo para a qualidade do ambiente académico da Universidade.
4. O provedor do estudante é uma personalidade ligada ao meio académico eleito no Conselho Geral, tendo por base propostas subscritas por um mínimo de 20% dos seus membros.
5. O provedor do trabalhador é uma personalidade de reconhecido mérito eleito no Conselho Geral, tendo por base propostas subscritas por um mínimo de 20% dos seus membros.
6. Os provedores desenvolvem a sua ação com total autonomia e independência relativamente aos órgãos da Universidade.
7. A Universidade deve garantir resposta em tempo oportuno e de modo adequado às solicitações dos provedores e ter em conta as suas recomendações.

Notas: - Ponderar a designação do provedor do trabalhador (do pessoal, do funcionário...)
- Ponderar no nº 1 a referência à coordenação do gabinete de provedoria, a qual pode ser assumida alternadamente por cada um dos provedores nos termos a definir no respetivo regulamento